



## GÊNERO E RUA: O VIVENCIAR DA VIOLÊNCIA NÃO TRAVESTIDA

Jonathas Justino<sup>1</sup>

Suzy Santos<sup>2</sup>

Danny Braskys<sup>3</sup>

Sergio Resende Carvalho<sup>4</sup>

### RESUMO

Este artigo discute as práticas de governo, a generificação binária, os processos de captura e os modos de resistência dos corpos transexuais viventes na cidade de Campinas/SP. Foram realizadas imersões cartográficas em campo a partir de projeto de extensão universitário, trazendo as mulheres ouvidas em posição de coautoria, dentro do que se propõe a pesquisa in-mundo e o usuário guia. Apontou-se a emergência de categorias normativas tais como a prostituição compulsória, a seletividade penal, fetichização sexual do corpo trans e a questão de classes como elementos norteadores das discussões. A pesquisa demonstra o jogo de forças e as linhas de fuga da vivência trans frente às amarras binárias sociais que normalizam o gênero dentro das práticas divisoras.

**Palavras-chave:** Gênero, rua, performance, resistência.

### INTRODUÇÃO<sup>5</sup>

Somos todas autoras nesta produção: vivências que permeiam a academia, o trabalho em equipamentos de saúde e enquanto usuárias do S.U.S. A rua se fez elemento convergente para o encontro das autoras, confluindo os diferentes papéis (de pesquisadora, trabalhadora e usuária) como um dispositivo que traçados pela escrita tensionam e modificam as separações institucionais.

Esta escrita que embora confeccionada a três, detém a pretensão de atingir (assim esperamos) uma infinita base de representação de experiência, sentida, vivida e sofrida pela anormalidade do desejo, que transborda nossos contornos, atravessando fronteiras.

No jogo da interdição, muitas vezes, a voz simplesmente nos “falta”, “engasga”. O discurso do louco, do impuro, vezes caracterizado como menos importante, como nulo, como digno de ser silenciado nos remete a um simbólico exílio que nos faz titubear. Será que realmente nos ouvem? A anormalidade tão peculiar a nós e tão fruto da inquisição regulatória

<sup>1</sup> Mestrando do Curso de Saúde Coletiva da UNICAMP - SP, [jjustino3450@gmail.com](mailto:jjustino3450@gmail.com)

<sup>2</sup> Redutora de Danos do Consultório da Rua de Campinas

<sup>3</sup> Militante do movimento TRANS e do coletivo IDENTIDADES de Campinas;

<sup>4</sup> Professor orientador: Doutor em Saúde Coletiva, UNICAMP - SP, [2srcarvalho@gmail.com](mailto:2srcarvalho@gmail.com)

<sup>5</sup> Pesquisa relacionada ao Projeto de Extensão: “Entre a Clínica, Arte e Cidadania”- PROEC UNICAMP



dos modos diferentes de existir transpõem as fogueiras que um dia queimaram mulheres em piras e se ampliam para a carbonização simbólica e segregação literal da mais distinta sorte da alteridade. A “caça às bruxas” não cessou, modificou-se, dentro do patamar das ideias, na ordem do discurso, na captura vulgar de termos que dizem respeito aos direitos humanos de uma maneira perversa e limitada: quão perigoso é para o patriarcado, machista, racista, heteronormativo dividir voz com quem por séculos fora oprimido, trancafiado, silenciado e eliminado?

O encontrar literal dos corpos tem o campo do Consultório na Rua do município de Campinas como território. Encontro este que, também, nos remete a falas e situações de mulheres transexuais que não colocam como sendo aceitável que o conhecimento produzido sobre a transexualidade seja produzido sem levar em conta aspectos de representatividade e participação deste segmento neste processo.

Éramos pesquisadoras e objetos - estranhávamos, misturávamos, inundávamos em nossos encontros e a transversalidade rígida institucional se despia em uma conexão distinta da relação poder-saber.

A transversalidade é um operador que pretende romper com a dicotomia de uma dimensão verticalizadas instituições que se refere a uma hierarquização tanto organizacional como das relações de saberes e poderes; tanto numa dimensão horizontalizada, de possibilidades de conexões entre saberes e territórios identitários, homogêneos (GUATTARI, 1992).

Nossos encontros foram realizados em uma pequena pensão, moradia de uma das autoras, em uma pequena sala, ora em um pequeno quarto, contendo ritmos de trocas de experiências por vezes denso, por vezes fácil, permeados por desconfortáveis silêncios e pela vívida circulação de pessoas outras que circunscreviam aquele ambiente repleto de vidas consideradas anormais. De vida, sobretudo.

Entendemos como anormais aqueles que, dentro de uma construção sócio histórica, pautada na ontologia e no essencialismo, são considerados dissidentes da norma, padrão estabelecido.

Estes, por sua vez, podem subverter esta ordem, negá-la. A anormalidade neste capítulo abre um recorte para o gênero, atribuída ao ser travesti, transexual, homossexual, lésbica, e bissexual construída em entremeios separatistas, perversamente estigmatizantes.

O trânsito pelo objeto percorreu a construção não binária do gênero. A rua enquanto espaço de moradia, circulação, subsistência; a transexualidade, e a anormalidade generificada, intencionalmente direcionada à margem frente ao circo performático do poder.

Pensar o governo dos corpos, as normativas de gênero com recorte para a transexualidade enquanto estratégias de poder e a construção subjetiva frente ao emaranhado das práticas divisoras contemplam os objetivos deste capítulo. Entende-se por transexualidade:

Esse termo se refere a pessoas que, quando nasceram receberam uma designação de sexo, mas que ao longo da vida perceberam que esta designação não fazia sentido para suas vidas, e então precisaram passar por um processo de reconhecer a si mesmos/as e serem reconhecido/as pela sociedade de acordo com uma identidade diferente daquela que era esperada (Camargo E.S., et. al, p. 205).

As mulheres neste capítulo ouvidas, dentre elas uma das autoras, trazem relatos sobre suas vivências dos prazeres e dissabores da vida transexual, a partir da experiência autobiográfica e do relato vivencial que se aproxima do processo de práticas de si:

(...) Técnicas que permitem que indivíduos façam, por seus próprios meios, um certo número de operações em seus próprios corpos, suas próprias almas, seus próprios pensamentos, sua própria conduta e isso de modo a transformar a si mesmos e alcançar um certo estado de perfeição, felicidade, pureza, poder sobrenatural (MCLAREN, 2016 p. 193).

Abordar o tema gênero, rua e transexualidade, incorporar componentes pessoais de história de vida não é simplesmente confeccionar um diário pessoal e verborrágico das mazelas cotidianas, mas sim a árdua tarefa de pensar os mecanismos de sujeição que aprisionam e autorizam os nossos corpos e que reúnem em seus entremeios de ação o exercício das práticas divisoras.

Categorias de identidade são formadas através de práticas excludentes, que Foucault chama de práticas divisoras, que dividem o normal do anormal. Normal se refere à maioria ou ao grupo dominante, portanto, aqueles que desviam dessa norma são marginalizados (Mclaren, 2016, p.163).

Referenciado na teoria *queer*, nas interlocuções com dispositivos de poder, tão intesamente descritos por Michel Foucault e na representação do gênero enquanto performance, tal como descreve Butler, iremos tratar da vida transexual não enquanto categoria social simplesmente, mas enquanto um atravessamento político de subversão e resistência. Mais do que isso, esta pesquisa leva em consideração vidas que são dignas de

serem vividas, vidas que mesclam-se com o espaço público da rua cujas existências não se encontram em risco somente agora, perante as retrógradas políticas de governo que recaem sobre nossas cabeças, mas aproximam-se à uma historicidade negligenciada e silenciada, fora do pensamento de cuidado estatal e literalmente “dentro do armário” no que confere à direitos básicos (educação, moradia, convivência familiar e comunitária, habitação, saúde, entre outros) de garantia e de defesa da vida.

## METODOLOGIA

A metodologia cartográfica, o corpo cartógrado que se inunda da subjetividade do campo acompanhou a posição de pesquisa in-mundo. Metodologicamente, esta escrita foi realizada a fim de que os envolvidos se contaminassem uns com os outros, com interferência e influência de um objeto não isolado, mas escancarado, operando na constituição do sujeito pesquisador *in mundo*, tal como:

A construção do conhecimento se processa como ativadora e produtora de intervenção na vida e acontece nesta mistura, neste tingimento do pesquisador com o campo. A vida como algo capital, a vida como produção e expressão de subjetividades (MEHRY, et al, 2016, p.22).

Os encontros, ocorridos em diversos locais: pensões, espaço público da rua, acompanharam a construção coletiva, gravada das conversas e a decisão mútua dos caminhos a serem tomados, levando em conta os direcionamentos investigativos da pesquisa em ato, do inesperado e do movimento insurgente.

## DESENVOLVIMENTO

Desde o momento em que nascemos, a partir de uma interpelação fundante, nas expectativas atribuídas ao nascimento, ao famigerado momento de descoberta do “sexo” do bebê, na comemoração, no imaginário de brincadeiras projetadas nas crianças não nascidas em termos de relação com os pais ou, possivelmente, irmãos; na compra dos enxovais, na designação da cor azul para meninos, rosa para meninas e amarelo ou verde como algo “neutro”, indefinido, que servem a ambos os sexos, estamos, de maneira performática, engendrando o gênero paulatinamente mesmo antes de carregarmos esta criança em nossos braços. A pergunta: “é menino ou menina” se dá como uma armadilha que forma e deforma as

expectativas parentais, mas também, reitera a mesma identidade de gênero nos próprios, agora com a responsabilidade de encaminhar esta criança aos entrelaços binários desta sociedade construída para o “azul ou para o rosa”.

As reflexões sobre gênero se iniciaram em meados da década de 1960, fruto de uma necessidade de se questionar os papéis e lugares destinados às mulheres e aos homens de acordo com os pressupostos sobre a natureza do gênero. BEAUVOIR (1967, p. 09) diz que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, e nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Assim pode-se compreender que não seria o corpo com que a pessoa nasce que determinaria seu papel social, mas sim o conjunto cultural da sociedade em que está inserida. FOUCAULT (1988, p. 30) problematiza que a sexualidade está intimamente relacionada ao gênero, à orientação sexual e à identidade de gênero dos sujeitos e é no quadro histórico e contemporâneo um objeto de disputa pública em que diversos saberes, análises e injunções o investigam.

Identidade de gênero consiste no modo como o indivíduo se identifica com o seu gênero, portanto parte de um auto reconhecimento e da auto afirmação pessoal, já a orientação sexual pode ser definida pelo desejo, atração ou ligação afetiva que se sente por outra pessoa.

Conforme Foucault discorre amplamente em História da Sexualidade (I, II, III) a sexualidade vem ocupando um espaço central nas relações de poder, do governo dos homens e na produção da subjetividade, enfatizando em especial, o papel da mesma para a condução de condutas, influenciando práticas sobre os corpos individuais, coletivos e políticas públicas.

Podemos destacar que a sexualidade tomou um lugar privilegiado no olhar de especialistas de diversas áreas de conhecimento, de diferentes instituições (religiosas, filantrópicas, científicas, entre outras), mas com a semelhança da disputa pelo saber, no instituir de regimes de verdade sobre algo amplo, constituindo a construção dos corpos em suas diferenças, efetivamente em uma ‘questão’. A captura dos movimentos de existir contribui com uma regulação e uma normatização importante, pois o olhar do outro e as correntes do Estado primam pela vigilância e pelo controle, agindo de forma a separar o são do insano, o puro do impuro, os dignos de existir e os eleitos como matáveis.

Estaríamos diante de uma preocupação, em inúmeras instâncias, do “saber sobre o prazer” ao mesmo tempo em que experimentam o “prazer de saber” (FOUCAULT, 1988, pag. 75). Estamos diante, também, de um olhar no qual a luta de direitos civis e de “ser” assumem

um medo irracional pelo olhar conservador, como se conquistas vinculadas aos direitos humanos objetivassem expropriar um determinado segmento (heterossexual, machista, branco, religioso) de, manifestadamente, seus direitos fundamentais, mas latentemente, de sua hegemônica dominação sobre os corpos.

BUTLER, em “Problemas de Gênero” (1990), bebe das teorias de Foucault e Beauvoir, mas afere uma construção específica em torno do gênero: critica sua construção sócio cultural trazendo a necessidade de dissolução deste conceito que normatiza e visa atender a sexualidade a partir de preceitos binários.

Seus ensaios sobre gênero trazem importante relevância no que confere ao discurso na constituição do ser no que ela chama de performatividade, nos quais ela “visava abrir caminho para uma construção variável da identidade de gênero” (BUTLER, 2010, p. 23). Aborda a questão *queer* problematizando o gênero, atribuindo contundentes críticas ao modelo sexual binário, seja ele biológico ou sociológico/cultural, primando em seu discurso pelo fim das classificações em identidades sexuais, o combate à heteronormatividade e à desnaturalização do sexo.

Somos marcados, estruturados dentro de uma caixa que normatiza as vidas de forma que nos reconheçamos em modelos limitados, em uma forma de estruturação das relações que nos limitam em número de dois.

Seria errado supor que a discussão sobre a identidade deva ser anterior à discussão sobre identidade de gênero, pela simples razão de que as pessoas só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero (BUTLER, 2003, p. 107)

Entende-se como gêneros inteligíveis aqueles, que em certo sentido, são coerentes, de acordo com os moldes normativos no que refere-se a sexo, gênero, prática sexual e desejo. O gênero enquanto atuação performática está relacionado a certa repetição de enunciados, práticas, fantasias que produzem a inteligibilidade do que é, normativamente e moralmente considerado masculino ou feminino, pautando-se por um grau de essência e representação.

Ser lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti, queer, abarca uma gama de complexidades que não se limitam à existência em si, mas a uma ampla mescla de circunscrições históricas, políticas, de vida e de morte, de vitórias e derrotas, de “armários fechados a força”, de luta pelos corpos e, por que não, pela manutenção da própria existência. Sair do armário já não se configura como movimento suficiente, pois o grito que precede a necessidade de existir autenticamente, sem amarras (como se isto fosse possível) transpõem-

se em uma convergência libertária e de afirmação de vida que extrapola as barreiras da individualidade, fazendo ressonância naquilo que é coletivo.

Tratar o histórico como natural é por si só algo perigoso, artiloso, promotor do sustentáculo predatório de formas de existir capturadas em normas, representando o outro através de roteiros conservadores contrários à noção de alteridade, mostrando claramente, o quanto as questões de gênero e sexo são, dentro de um discurso, estratégias de poder. Sim, o corpo é político e vivenciá-lo fora da binariedade é se deparar, constantemente, com situações de violências morais, físicas e sexuais. Veladas ou não.

O gênero, em si, não é construído com uma simples “carimbada mágica” que determina o desejo daquela criança, jovem ou adulto, mas o constrói como se estivéssemos em uma esteira de montagem (a correlação taylorista é proposital a fim de conotar a perversidade existente na dicotomização binária da vida) na qual partes, pouco a pouco são agrupadas a fim de que nos tornemos um modelo final apropriado, de acordo com as expectativas primeiras que interagem com nossas características biológicas: *a presença do pênis ou da vagina*.

Todavia, se tornar alguém, dentro do que se entende como generificação performática não é algo simples: as instituições que nos desenvolvemos (familiares, religiosas, escolares, midiáticas, dentre tantas outras) vão periodicamente, de tempos em tempos, nos tatuando com importantes designações do que é ser homem e do que é ser mulher.

Conhecemos então, fora da performatividade padrão binária, os corpos abjetos, menos humanos, vidas não dignas de serem vividas. Abjeção esta materializada em categorias separatistas importantes - algumas esmiuçadas em tópico posterior.

Hoje, as chamadas “minorias” sexuais estão muito mais visíveis e, conseqüentemente, torna-se mais explícita e acirrada a luta entre elas e os grupos conservadores.

No Brasil, as ações do Estado vinham crescendo no sentido de implementação de políticas públicas e nas discussões cada vez mais presentes no enfrentamento da desigualdade social e afirmação dos direitos de grupos historicamente discriminados: como as mulheres, a população negra, os indígenas, as pessoas com deficiência e a população lésbica, gay, bissexual, travesti e transexual.

Se a vontade da verdade apoia-se sobre um suporte institucional, neste caso estatal, a vontade da verdade tende a exercer sobre outros discursos, de contra conduta, por exemplo, uma espécie de pressão e coerção.

Ainda em a “Ordem do Discurso”:

(...) penso ainda na maneira como um conjunto tão prescritivo como o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade (p. 18).

As consideradas falhas e desvios da generificação binária não passam isentas do olhar e das ações de violência frente aos corpos que, pela negação ou subversão, desejam diferentemente do que é socialmente categorizado como correto, moralmente aceito. O corpo transexual, este nosso principal recorte aqui, constrói em sua própria estética a fluidez do gênero, a substância que se inscreve na pele, o que necessariamente convoca situações cotidianas árduas de enfrentamento pela manutenção da vida.

Objetivamos, assim, problematizar o conceito de gênero bem como situá-lo enquanto estratégia de poder como base no exercício de práticas divisoras presentes tanto na vida cotidiana, nas esferas capilares, quanto na elaboração e execução de políticas públicas.

Categorias importantes no processo de captura da generificação performática foram localizadores das discussões deste trabalho a partir de sua emergência nas falas de quem vive e convive com a chamada *dissidência de gênero*. Aspectos relacionados à prostituição compulsória, seletividade penal, estereotipia pelos veículos de massa surgem como formas de governamentalidade frente a um cenário que ultrapassa os limites do individual: *o gênero*, alcançando patamares políticos – de violação, subversão e resistência. Apreende-se, a partir desta coautoria, que o corpo transexual, tão objetificado, e tão explícito em sua subversão, pode se alocar em patamares outros, que não a fetichização sexual, a chacota e o preenchimento de vagas em sistemas prisionais. Apreende-se que este corpo exala potência e práticas de cuidado que insurgem a necessidade de enfrentamento e quebra de paradigmas tão seculares sobre a vivência transexual no Brasil.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O “regime sexual normativo” atual carrega velhos paradigmas, mas se atualiza, dentro de um viés capitalístico, produzindo a diversidade monetariamente abastada literalmente em um nicho de mercado. Em discursos marcados pela categoria de divisão de classes abre espaço para discussões polêmicas: “transexual rica, branca, como detentora de menor dificuldade” pode abrir margem para uma leitura equivocada e reducionista da vida com base no capital e na etnia, todavia, o regime de controle dos corpos, inclusive no que se refere a

gênero se situa em um contexto de clara divisão de classes e desigualdades sociais extremas. Como separar o gênero desta analítica de poder? Quão distinto e melhor aceito pelo capital, pelo viés econômico é a dicotomia entre: “gays ricos e bichas pobres”, “travestis e transexuais”? A palavra, o discurso forma e deforma os corpos, trazendo o gênero, já sujeito, já interdito a uma nova forma de aprisionamento, capitalmente aceito, porém inserido em elementos conservadores e progressistas que não podem ser compreendidos sem identificar a lógica que lhes estrutura.

Não afirmamos que a generificação fora do binômio homem/mulher seja assimilada e desconstruída pelo amplo social mediante simples “compra de sua alforria” – *ser abastado financeiramente não basta*. As amarras heteronormativas prezam pelo seu sustentáculo, sendo necessário que se anunciem pelos espaços de entretenimento, de forma escandalosa, os ambientes nos quais se é “possível viver”, a partir de certo custo financeiro, a experiência externa à heterossexualidade compulsória com uma mínima sensação de segurança.

Aspectos importantes reproduzidos e consolidados pelas instituições que nos cercam entrelaçam estas vidas e as marcam, especialmente por dois aspectos fundamentais: *a seletividade penal e a prostituição compulsória*, frutos da materialidade da abjeção dos corpos.

Historicamente, o universo prisional tem sido associado à regulação de corpos e produção de subjetividades docilizadas. Essa compreensão faz parte de um debate mais amplo, muito impactado pelas ideias de Foucault a respeito das diferentes concepções sobre o desvio e a pena. Nas palavras do autor é *preciso desfazer-se, antes de tudo, da ilusão de que a pena seja, principalmente (e não exclusivamente), um modo de repressão dos delitos*.

O comportamento desviante passa a ser compreendido e direcionado aos grupos sociais que se encontram em contra fluxo da ordem social dominante e que obedecem a certos tipos de sujeição e interdito, assim, a ideia de “criminalidade” passa a ser substituída pela noção de “criminalização”. A punição sobre o desvio passa a obedecer a certos critérios específicos (e por consequência a punição) intrinsecamente relacionados a questões raciais, de classe e gênero, atrelando a criminalização prévia de segmentos sociais de acordo com as construções subjetivas das massas, performatividade discursiva e pertencimentos identitários.

Tal como a perspectiva de gênero o delito não é algo natural, se liga a um constructo social, legitimado por instâncias jurídicas e deliberado pela mais diversa sorte de autoridades judiciais; a concepção de crime coexiste com ideais hegemônicos que o atravessam e o

deturpam. A questão que deve ser levantada é o quanto que questões de gênero, tão moralmente configuradas, têm atuado de forma a influenciar, construir expectativas dentro do imaginário coletivo do que é uma prática delitiva e quem são seus autores.

Outra questão significativa, que atravessa o corpo transexual, é a conotação das mulheres trans em vidas essencialmente sexualizadas, culminando no que pode se definir como *prostituição compulsória*.

Atividades da vida cotidiana, comuns a todos, que culminam em certo trânsito pelo espaço público da rua são representadas pelo “olhar do outro” que traçam previamente seu destino: *a prostituição*. A mídia cinematográfica- televisiva-jornalística também contribui com esta ótica ao estereotipar certos tipos considerados anormais: *o homossexual através da feminilização-chacota, a lésbica pela rispidez, a transexual pela periculosidade e prostituição inerente à sua identidade de gênero*. Não escrevemos sobre este fato tentando relacionar a prostituição como algo destrutivo ao corpo, afinal, *as putas não precisam ser salvas*.

A atitude preconceituosa e o pensamento estereotipado fixam a trans em um lugar de estigma de uma vida colocada unicamente para fins sexuais - a prostituição não é o real “nó” aqui, mas reconhecer a transexualidade análoga ao sexo, esta sim, uma verdadeira questão a ser problematizada.

Ter o corpo limitado a uma única característica, filha da expectativa, da fixação do objeto de estereotipia, carente de fluidez perceptiva não é algo incomum para os dissidentes de gênero. Se afirmar a partir de uma identidade contempla se relacionar com um campo de impressões prévias construídas socialmente, reforçadas pelo cotidiano, pelos órgãos midiáticos e operadas no discurso.

Percebe-se que as mulheres transexuais encontram-se em uma zona inabitada – não pertencem à família, não pertencem a serviços de acolhimento que atendam mulheres ou homens – fazem emergir uma demarcação não inteligível, disfuncional, inumano - rompem com a heteronormatividade e são abraçadas pelo estigma, visto que ao se pensar em travestis e na transexualidade se constrói uma ideia de desordem, em que o duplo desvio sexual, moralmente inaceitável (transexualidade e prostituição), aparece conectado à pobreza e à criminalidade.

Pensar a saúde integral da população *queer* em especial no que se refere a questões reprodutivas, com recorte ao segmento trans ainda não é uma realidade no Brasil - tendo suas especificidades negligenciadas e invisibilizadas. O atendimento à saúde de travestis e

transexuais é marcado pelo constrangimento, preconceito e discriminação, indicando o despreparo de serviços de saúde em atender um gama populacional que “foge” aos preceitos binários. Em função disso, muitas pessoas têm o acesso à saúde dificultado ou até mesmo impossibilitado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações elaboradas não são finais e nem poderiam ser. A escrita que acontece simultaneamente à vida, aqui operacionalizada na imersão in mundo e com ressonâncias potentes, traçou as letras em páginas com o intuito de retratar a vida transexual frente a uma paisagem binária, transfóbica, patriarcal, machista e essencialista – contexto este que se atualiza infinitamente. A vida literal, vívida e vivida, inscreve nos peitos de silicone industrial destas mulheres a letra “T”, tingida pelo vermelho escarlate, com significância de anormalidade e não inteligibilidade do gênero trans, operadas pelo discurso e difusamente capilarizadas na microfísica do poder.

Já não nos encontramos no século XVII, mas Hester Prynne (em a Letra Escarlate) se multiplica em meados de 2020 nos corpos abjetos, fornecendo abertura a uma sorte de violações. O puritanismo alcança aliados em cadeia global e a letra escarlate é pintada não somente nas vestes de quem se “aponta”. O tingimento rubro-estigma se amplia por cenários construídos em tecnologias virtuais, de governo, judiciais, religiosas e midiáticas.

O gênero, termo deveras disputado pelos regimes de verdade, inunda o imaginário social e faz com que se “queime a bruxa” Judith Butler em praça pública. O controle dos corpos pelo binarismo generificado define a transexualidade através de categorias estigmatizantes e segregatórias, se apega às práticas divisoras e divide daltonicamente o mundo entre “azul e rosa”. Nos limitam à condição de macho e fêmea, inclusive, a partir de circunscrições que não conseguem contornar as linhas da vida que, assumindo outras formas, simplesmente vaza às normativas.

O corpo transexual, se ouvido, diria que a zona inumana estabelecida a ele como habitat natural não é uma zona segura. Diria que neste corpo existe resiliência, plenitude, dificuldades, práticas coletivas de cuidado e que ele não nasceu para fins sexuais, de chacota ou para preenchimento de vagas em sistemas prisionais. Este corpo esperaria que estas linhas escritas tivessem o formato de multidão, que este corpo, tão interdito se tornasse indomável

frente à soberania que o reprime, o esconde e o elimina. Esperaria que o amplo social não o deixasse viver, fazendo-o morrer.

Esperaria, por fim, que as Rayanes, as Negalus, as Suzys, as Samaras, as Mels, as Linaês, as Dannys, as Dudas, as Sabrinas, as Michellys, as Luanas, as Janas, as Letícias, as Rubis, as Raphaellas e todos os outros nomes sociais eleitos se referissem a vidas incondicionalmente respeitadas e consideradas dignas de serem vividas. Que as letras escarlates que os marcassem não fossem definidas pelo dedo de quem apontasse, mas pela subversão do próprio corpo apontado. Que fossem análogas à resistência.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pósmodernismo**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 11, p. 11-42, 1998.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009a.

FOUCAULT, M. **Historia da Sexualidade I: a vontade de saber**. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel (1987). **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro; Editora 34, 1992.

MCLAREN, M. **Foucault, feminismo e subjetividade**. São Paulo: Intermeios, 2016.

MERHY Et al. **O pesquisador in-mundo e o processo de produção de outras formas de investigação em saúde**. In: Avaliação compartilhada do cuidado em saúde. 1 ed – RJ: Hexis / 2016.